

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EM ARQUIVOS**

**POLÍTICAS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: UM
ESTUDO ANALÍTICO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Tânia Maria de Moura Pereira

Sapucaia do Sul, RS, Brasil

2012

POLÍTICAS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO ANALÍTICO

Tânia Maria de Moura Pereira

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* Gestão em Arquivos, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

Orientadora: Profa. Dra. Maria Alcione Munhoz

Sapucaia do Sul, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Aberta do Brasil
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Especialização *Lato Sensu* em Gestão em Arquivos**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**POLÍTICAS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO
ANALÍTICO**

elaborada por
Tânia Maria de Moura Pereira

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Alcione Munhoz, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Msc. (UFSM)

Rosanara Pacheco Urbanetto, Dra. (UFSM)

Sapucaia do Sul, 08 de dezembro de 2012.

Aos meus antepassados...

AGRADECIMENTOS

Aos professores da Universidade Federal de Santa Maria pelo pioneirismo.

À professora Maria Alcione Munhoz pela orientação essencial no desenvolvimento do trabalho e ao tutor Danilo pela paciência com as correções. Sou muito grata por sempre estar disponível e compartilhar seu conhecimento para construir o meu.

A toda a equipe do CEDOC/UnB, pelas discussões essenciais para a realização da missão arquivística.

À amiga Gabriela Garcia, arquivista, pela amizade atemporal.

Aos amigos Paulo Roberto, Jamille, Laiane, Fátima, Érika e Alessandra, companheiros de viagens e estudos. Obrigada pelos momentos agradáveis.

À querida amiga Conceição, sempre disponível e presente.

Aos amigos Edvan e Otávio pelo apoio logístico nas viagens.

Ao Luca, filho querido, pela paciência nas minhas ausências. Obrigada pelo seu amor e carinho.

A minha mãe Corina, pela força de viver.

A todos aqueles que participaram dessa conquista comigo.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão em Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

POLÍTICAS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO ANALÍTICO

AUTORA: TÂNIA MARIA DE MOURA PEREIRA

ORIENTADORA: MARIA ALCIONE MUNHOZ

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul, 08 de dezembro de 2012.

Este trabalho aborda o tema dos arquivos universitários, direcionado pelo questionamento da contribuição dos arquivos universitários brasileiros para o desenvolvimento das políticas públicas de arquivos. O referencial teórico relata um breve histórico das origens das universidades no mundo e no Brasil, apresenta as funções e os objetivos propostos para essas instituições e contextualiza os arquivos universitários e os arquivos das universidades. É complementado com os conceitos de políticas públicas e políticas de arquivos. O objetivo principal é analisar as contribuições dos arquivos universitários brasileiros para a ampliação das políticas públicas de arquivos. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com foco na análise das ações dos arquivos universitários, será feita uma articulação entre as temáticas dos trabalhos apresentados nos eventos da área e relatados nos anais, no período de 1991 a 2000, e o desenvolvimento das políticas públicas de arquivos. A descrição do sistema de arquivos da Unicamp – estrutura, histórico, normas e atividades – é entendida como exemplo de implantação de política arquivística para as universidades públicas. Finaliza-se com o relato das atividades de gestão de documentos no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA) da administração pública e tecem-se considerações sobre as possibilidades de contribuição dos arquivos universitários para a ampliação das políticas públicas de arquivos.

Palavras-chave: Arquivos universitários. Gestão de documentos. Políticas de arquivos. Sistemas de arquivos.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Postgraduate Course Distance
Specialisation Lato Sensu Management in Archives
Universidade Federal de Santa Maria

POLICIES OF UNIVERSITY ARCHIVES: AN ANALYTICAL STUDY

AUTHOR: TÂNIA MARIA PEREIRA DE MOURA

GUIDANCE: MARIA ALCIONE MUNHOZ

Date and Place of Defense: Sapucaia do Sul, Dec. 8, 2012.

This paper addresses the issue of university archives, directed by questioning the contribution of Brazilian university archives for the development of public policies file. The theoretical recounts a brief history of the origins of universities in the world and in Brazil, presents the functions and objectives proposed for these institutions and contextualizes the university archives and the archives of universities. It is complemented with the concepts of public policy and policy files. The main objective is to analyze the contributions of university archives for the expansion of Brazilian public policies file. Through literature research and documentary, focusing on the analysis of the actions of university archives, there will be a link between the themes of the papers presented at events in the area and reported in the annals in the period from 1991 to 2000, and the development of public policies files. The description of the file system at Unicamp - structure, history, rules and activities - is understood as an example of implementing archival policies for public universities. It ends with the story of the activities of managing documents within the Document Management System File (SIGA) public administration and reflects on the possible contribution of university archives for the expansion of public policies file.

Keywords: University archives. Document management. Policies files. Filesystems.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Manuais do SIARQ/Unicamp.....	40
Tabela 2 – Instruções Normativas do SIARQ/Unicamp.....	40
Tabela 3 – Formulários do SIARQ/Unicamp)	41
Tabela 4 – Trabalhos produzidos pelo SIARQ/Unicamp).....	45

LISTA DE SIGLAS

Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
Arquivo Nacional (AN)
Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)
Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE);
Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC)
Central de Informação Científica (CEDIC)
Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD)
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)
Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA)
Conselho Consultivo do Sistema de Arquivos (CONSUL)
Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)
Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
Diretoria Geral da Administração (DGA)
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)
Instituições de Ensino Superior (IES)
Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)
Instituições de Pesquisa do Conselho Internacional de Arquivos (ICNSUV)
Ministério da Educação (MEC)
Pontifícia Universidade Católica (PUC)
Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC)
Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)
Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ)
Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)
Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA)
Universidade de Brasília (UnB)
Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	111
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 Objetivo geral	13
2.2 Objetivos específicos	13
3 JUSTIFICATIVA.....	14
4 METODOLOGIA	15
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
5.1 Origens das universidades.....	17
5.2 Arquivos universitários	20
5.3 Políticas públicas e políticas arquivísticas.....	25
6 DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	30
6.1 Anais de seminários de arquivos universitários	30
6.2 O Sistema de Arquivos da Unicamp.....	34
6.2.1 Histórico e estrutura da Unicamp	36
6.2.2 Normatização	39
6.2.3 Automatização de procedimentos	42
6.2.4 Atividades correlatas	44
7 POLÍTICAS DE ARQUIVOS NO ÂMBITO DO SIGA.....	49
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia aborda o tema dos arquivos universitários, que abrangem os documentos produzidos na execução das funções e atividades das universidades, que são, por excelência, locais de produção do conhecimento e também da formação de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.

O referencial teórico aborda as origens das universidades no mundo e no Brasil, sendo caracterizadas as funções das universidades, que originalmente eram focadas nos debates e no aperfeiçoamento individual e que passaram a articular entre três eixos básicos: o ensino – por meio da produção do saber; a pesquisa – com a investigação e o desenvolvimento experimental da ciência e tecnologia; e a extensão – através da difusão da cultura e do contato com as comunidades onde estão localizadas.

A revisão apresenta também o conceito de arquivos universitários e contextualiza os arquivos das universidades que, apesar de serem frequentemente confundidos com depósitos de documentos, são também considerados fontes de informação e repositórios da memória intelectual e científica das instituições. Completa-se com os conceitos relacionados à forma de organização do ensino superior no Brasil, seus componentes, a abrangência em nível de esfera de poder político e o entendimento sobre as políticas públicas, particularmente as políticas públicas de informação, campo no qual se insere as políticas arquivísticas.

Em seguida são apresentados os resultados e as discussões. São relatados os trabalhos extraídos dos anais dos eventos sob a temática dos arquivos universitários – *Os Seminários Nacionais de Arquivos Universitários*, ocorridos no período de 1991 a 2000. O primeiro foi realizado em 1991 no contexto da comemoração dos 25 anos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da inauguração do novo prédio do Arquivo Central, onde aconteceu a cerimônia de abertura. Os próximos passaram a integrar os Congressos Brasileiros de Arquivologia (CBA) até o ano 2000.

A seguir, é descrito o Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ/Unicamp), implantado de forma pioneira entre as universidades e modelo de aplicação de política pública de arquivos. São abordados aspectos históricos do contexto de criação da Unicamp, a estrutura do SIARQ, as normativas que norteiam as ações, a

automação dos procedimentos e as atividades desenvolvidas de ensino, pesquisa e extensão que extrapolam as rotinas administrativas dos arquivos universitários.

Finaliza-se a discussão com a análise das ações de gestão de documentos, tomadas como opção política, no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA) da administração pública. Explicitados como resultado das atividades do SIGA estão os Relatórios de Atividades das Subcomissões de Coordenação do SIGA no âmbito dos Ministérios e dos Órgãos Equivalentes, os Editais de Ciência de Eliminação de Documentos e ainda os códigos de classificação de documentos de arquivo e as tabelas de temporalidade e destinação de documentos da atividade fim, elaborados pelos órgãos e entidades da administração pública federal e aprovados pelo Arquivo Nacional.

O questionamento que norteia esta pesquisa é: qual a contribuição dos arquivos universitários brasileiros, a partir dos eventos sobre arquivos universitários no período de 1991 a 2000, para o desenvolvimento das políticas públicas de arquivos?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral é investigar a contribuição dos arquivos universitários brasileiros na ampliação das políticas públicas de arquivos, a partir dos eventos sobre arquivos universitários ocorridos no período de 1991 a 2000.

2.2 Objetivos específicos

E os específicos são:

Identificar os temas abordados nos seminários de arquivos universitários brasileiros no período de 1991 a 2000.

Descrever o sistema de arquivos de uma universidade pública, da esfera estadual.

Apresentar os resultados das ações de gestão de documentos no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da administração pública em relação às políticas públicas de arquivos.

3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa foi motivada pelo cumprimento de requisito para obtenção do título de especialista no curso de Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Os questionamentos sobre a contribuição dos arquivos universitários brasileiros pretende ampliar o debate sobre as possibilidades de ampliação das políticas arquivísticas especificamente voltadas para universidades.

As universidades formam um segmento com atuação específica na dinâmica social, por isso, procura-se a melhor “compreensão do papel da universidade na sociedade e do papel do arquivo na universidade” (BELLOTTO, 1992, p.10). A identificação das funções dessas instituições tão relevantes para a construção do saber perpassa pela identificação das características das atividades e dos arquivos por elas constituídos.

A relevância desta pesquisa encontra amparo na carência de discussão sobre o tema, além do fato das universidades serem importantes espaços de edificação do conhecimento arquivístico e também de formulação de políticas públicas.

4 METODOLOGIA

Este capítulo descreve a metodologia utilizada nesta pesquisa. Minayo (1996) considera que “metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (p. 15). Por isso, o percurso metodológico desta pesquisa pode ser classificado em dois níveis: quanto à natureza e à forma de abordagem do problema; e sob dois pontos de vista: dos objetivos e dos procedimentos técnicos. Quanto à natureza trata-se de pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Quanto à abordagem do problema é tida como pesquisa qualitativa, pois:

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa [...]. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA, 2005, p. 20).

A realização desta pesquisa foi fundamentada em pesquisa documental com foco na análise das ações dos arquivos no contexto das universidades, direcionado por cada um dos objetivos específicos. As principais fontes utilizadas foram os anais impressos dos encontros de arquivos universitários e a página na internet de uma universidade pública estadual. Paralelamente também foram utilizados os resultados das atividades de gestão documental publicados na página do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) na internet.

O procedimento técnico para atendimento do primeiro objetivo específico consistiu em identificar as temáticas constantes dos trabalhos apresentados nos eventos sobre os arquivos universitários no período de 1991 a 2000. Foi feita leitura dos anais dos encontros e listados os temas abordados.

Para alcançar o segundo objetivo específico foi feita a descrição das características – normas, atribuições e estrutura organizacional – do sistema de arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) constante na página do sistema de arquivos na internet: <http://www.siarq.unicamp.br/siarq/>.

O terceiro objetivo específico teve como objeto empírico a análise dos resultados das ações de gestão de documentos no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da administração pública disponíveis na página da internet: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Foi feita uma comparação entre os relatos apresentados e a discussão sobre as possibilidades de ampliação das políticas arquivísticas.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Origens das universidades

A origem das universidades remonta à Idade Média, na qual, por volta do século XII, o crescimento das cidades fez com que os estudos começassem a deixar de ser função exclusiva da Igreja. São oriundas das corporações profissionais que buscavam a educação e a formação voltada para o trabalho. Surgiram assim grupos interessados na capacitação daqueles que iriam atuar nos meios urbanos, no comércio e na transformação de matérias primas em bens de consumo. As associações voltadas para o ensino superior eram formadas tanto por mestres imbuídos da autoridade de conceder títulos de capacitação profissional quanto por professores organizados que escolhiam o que ensinar aos alunos. Dessa forma, as universidades se consolidaram no século XIII como instituições autônomas, estabelecidas nas cidades (Universidade de Madri, Siena, Cambridge, Nápoles, etc.), e também voltadas para a pesquisa e a produção do saber.

Os modelos clássicos de universidades foram baseados em estruturas definidas por Ribeiro como “o conjunto e a integração dos órgãos e procedimentos através dos quais as universidades desempenham suas funções” (1978, p. 47). Sendo os órgãos as estruturas que as caracterizam, tais como os institutos, as cátedras, as escolas, as faculdades, os decanatos, os conselhos, os departamentos, etc., os procedimentos seriam as atividades típicas: o ingresso, a matrícula, os currículos, as aulas. A conexão existente entre a estrutura e os procedimentos é articulada pelos atores envolvidos: professores, estudantes e corpo técnico. Tudo isso em função de objetivos específicos delimitados pela sociedade em que estão inseridos. Essa relação com a sociedade parece ser o principal norteador dessas instituições seculares, que subsistem à custa de constantes questionamentos e renovação de suas estruturas.

No Brasil, a tentativa de criação de cursos de nível superior remonta ao século XIX, com a instalação dos primeiros cursos de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia. Também, nessa época, foram criados cursos de direito em São Paulo e Pernambuco, considerados embriões das atuais universidades, as quais só se estabeleceram definitivamente no século XX.

Fávero indica que “na história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal” (2006, p. 22), sendo resultado da união de três escolas já existentes: uma das Faculdades Livres de Direito e as Escolas Politécnicas e de Medicina. No entanto, a instituição criada não significou uma integração entre as três escolas que continuaram a manter suas estruturas e especificidades. Paralelamente ao surgimento da primeira universidade brasileira são levantados questionamentos relacionados à “concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil” (FÁVERO, 2006, p. 22). Esse debate persiste até os dias atuais, a despeito das reformas da legislação ocorridas no final da década de 1960.

Hodiernamente as universidades, no Brasil, são definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como:

instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

As funções das Universidades, originariamente focadas nos debates e no aperfeiçoamento individual, se articulam entre três eixos básicos: o ensino – por meio da produção do saber; a pesquisa com a investigação e o desenvolvimento experimental da ciência e tecnologia; e a extensão – através da difusão da cultura e do contato com as comunidades onde estão localizadas. Porém, Bellotto apresenta uma quarta função para as instituições de ensino superior ao afirmar que:

com algumas diferenças entre as dos vários países e entre as públicas e as privadas, de qualquer forma, as instituições de ensino superior procuram atuar satisfatoriamente como um todo integrado de suas quatro funções primordiais: a universidade-ensino, a universidade-pesquisa, a universidade-divulgação, a universidade-serviços (BELLOTTO, 1989, p. 18).

Sobre esta quarta função, a autora explica tratar-se de desdobramento das duas primeiras, isto é, uma extrapolação da divulgação do conhecimento produzido para além dos muros institucionais no sentido da orientação e solução dos problemas da sociedade. As possibilidades de prestação de serviços são

relacionadas a atendimentos médicos, odontológicos, veterinários, psicológicos, registros de patentes, assessorias, trabalhos editoriais e outras inúmeras alternativas de atuação.

Uma visão complementar sobre os objetivos das universidades é apresentada por Santos ao afirmar que “os três fins principais das universidades passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços” (2002, p. 88). Para o autor português, essas funções ganharam novos contornos com a expansão das universidades, juntamente com a ampliação das perspectivas de pesquisas em novas áreas do saber. Além disso, o papel social das universidades tem sido demonstrado em estudos de instituições internacionais que apontam o ensino como fator de mobilidade social e preparação de lideranças, que se legitimam com a prestação de serviços à comunidade onde a universidade está localizada.

Esse papel político social das universidades ainda é amplamente questionado e tem suscitado análises a respeito da sua dinâmica institucional:

A Universidade, estrutura básica das sociedades industrializadas contemporâneas, é parte essencial de seus instrumentos de saber e de inteligência. Além de sua função de criar, preservar e transmitir conhecimento, ela é o canal diferenciado de obtenção de respostas às demandas sócio políticas, culturais, filosóficas, históricas, científicas e tecnológicas dessas sociedades, como reflexo direto das necessidades e aspirações de seus povos, quaisquer que sejam os sistemas ideológicos predominantes. (VIDAL, 1989, p. 09).

As universidades têm exercido, ao longo dos séculos, função precípua no desenvolvimento das sociedades e ao mesmo tempo estão se reinventando conforme a necessidade.

À Universidade cabe papel fundamental na realização do avanço técnico e científico, comprometido com maior eficiência na relação do homem com a natureza [...] na prática e no desenvolvimento cultural, das artes, filosofia, letras, ciências (BUARQUE, 1989, p, 11).

Sejam elas tradicionais, modernas, conservadoras ou revolucionárias, há uma característica comum a todas: a capacidade de repensar-se por meio da massa crítica que as constitui. Nesse contexto, revela-se a importância dos arquivos universitários como registros da memória capazes de contribuir para a alteração das mentalidades.

5.2 Arquivos universitários e arquivos das universidades

O conceito de *arquivos universitários* foi apresentado no 1º *Seminário Nacional de Arquivos Universitários*, acontecido em novembro de 1991 na cidade de Campinas (SP), em distinção à expressão *arquivos de universidades*. A distinção entre os dois conceitos foi feita por Santos (1994) e contempla arquivos universitários como “programas arquivísticos centrados primordialmente na administração dos arquivos gerados em conexão direta com as atividades das universidades” (p. 78) e os arquivos em universidades sendo “os demais programas arquivísticos implementados no âmbito da universidade, notadamente os que envolvem a custódia dos acervos arquivísticos privados” (p. 78).

Porém, a preocupação com os arquivos das universidades começa bem antes desse importante evento. Em artigo intitulado *Arquivos universitários: para quê?*, Raquel Glezer (1989) compartilha suas angústias ao revelar que são “objetos inexistentes em nossa realidade acadêmica”. O contato da autora com os arquivos no início da graduação em História, por meio de visitas ao Arquivo do Estado e ao Arquivo da Prefeitura que suscitavam o encontro com um mundo tão fascinante quanto o das bibliotecas, revelou outra situação:

o encontro com a realidade: hoje, quase que do mesmo modo que antes, arquivos estão sobrevivendo em condições adversas, em meio inóspito e inimigo. As dificuldades de manutenção dos acervos arquivísticos, o desrespeito ao patrimônio público, o desconhecimento sistemático que acesso à informação é direito de cidadania, são os mesmos de há tantos anos (GLEZER, 1989, p. 30).

Apesar de serem frequentemente confundidos com depósitos de documentos, os arquivos são também considerados fontes de informação e repositórios da memória intelectual das instituições. São estruturas que, para Bellotto, possuem uma dimensão informacional mais ampla: “unidades de armazenamento, processamento e transferência de informação, podem, por natureza, ser ao mesmo tempo testemunhos e agentes da concretização de todas as possibilidades da atividade acadêmica” (1989, p.16).

Nesse aspecto, Glezer (1989) chama a atenção para a necessidade de salvaguarda de outros “tipos de arquivos universitários” (de curso, de disciplina, de trabalho de alunos de graduação, de trabalhos de pós-graduação, de pesquisadores), cuja inexistência prejudica o desenvolvimento do conhecimento

científico, o processo de formação de pesquisadores iniciantes, a exigência da ética da pesquisa, o rigor diante da propriedade intelectual. Suas reflexões a respeito da modernização e atualização do perfil da instituição universitária e o impacto no desenvolvimento do conhecimento científico conduzem à imprescindível institucionalização dos arquivos universitários.

Estudiosa do tema, a professora Mariza Bottino faz uma mescla dos conceitos e define arquivos universitários como:

o conjunto de documentos, tanto institucionais quanto privados, produzidos, recebidos e acumulados por estabelecimento de ensino superior no curso da gestão jurídica-acadêmica-administrativa que servem de suporte informacional e prova de evidência no exercício de suas funções, constituindo a memória institucional (1994, 67).

A inclusão dos documentos privados no escopo dos arquivos universitários revela uma preocupação com os registros das pesquisas científicas elaboradas no contexto das universidades e também com ações como aquisição de acervos, funções e objetivos dos arquivos universitários, processamento técnico do acervo, conservação e preservação de documentos, gestão de documentos administrativos e acadêmicos, entre outros.

Essa preocupação subsidia a criação de estruturas cuja denominação é tão emblemática quanto sua função, trata-se dos centros de documentação universitários:

estes centros se formaram como núcleos de apoio à pesquisa no campo das humanidades e possuem um perfil diversificado. Ora se definem como custodiadores de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, ora se caracterizam como centro de referência que organiza bases de dados, repertórios e guias de fontes ou mantêm coleções documentais microfilmadas ou digitalizadas, combinando essas duas vertentes de modos variados (KNAUSS, 2009, p. 13).

Surgidos no início dos anos 1960 do século passado e consolidados na década seguinte, principalmente por iniciativa dos cursos de História das universidades públicas em reconhecimento à contribuição que essas instituições poderiam dar ao patrimônio documental e às fontes historiográficas, particularmente àquelas renegadas pelo Estado, os centros de documentação universitários tornaram-se locais de preservação de documentos de valor histórico local e regional em situação de vulnerabilidade. Além disso, outra característica desses centros de

documentação, ressaltada por Knauss (2009), é a “preservação e difusão de arquivos pessoais, desse modo, dão reconhecimento social ao universo privado de documentos, garantindo sua visibilidade” (p. 13).

Apesar de corroborar o conceito de Bottino (1994) e se efetivarem como espaços institucionais para promoção de acervos documentais e da memória institucional, os centros de documentação não substituem nem dispensam a existência dos arquivos no cumprimento da missão contemporânea das universidades.

Ao desempenhar suas funções e atividades, como quaisquer organizações, as universidades produzem arquivos, que são formados pelos conjuntos de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte¹. Esses arquivos estão imbuídos das especificidades da área, comprovam as atividades típicas das universidades e, além disso, guardam o conhecimento desenvolvido no trabalho intelectual e a histórica do ensino superior. Às universidades cabe a preservação e organização do acervo documental como forma de se prestar contas à sociedade.

O advento da Lei 8.159, em 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, contempla indiretamente os arquivos das universidades ao incluir a proteção especial a documentos de arquivos produzidos por instituições públicas como instrumento de “apoio ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação” (Art. 1º). Nesse sentido, Ohira e outros (2004) ressaltam a iniciativa do Comitê de Arquivos Universitários, vinculado à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), criado em 1996, com o objetivo de promover e intensificar estudos, pesquisas e a troca de experiências e conhecimentos, como também, de elaborar o censo dos arquivos universitários brasileiros, no sentido de conhecer a realidade dos acervos universitários.

A análise dos levantamentos sobre a situação dos arquivos universitários brasileiros permite aferir que, algumas universidades já possuem seus arquivos organizados, sistemas em pleno funcionamento. Porém, essas universidades representam ainda uma minoria no cenário nacional. Nas demais universidades, os

¹ Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005).

arquivos onde são recolhidas as informações orgânicas geralmente não estão providos de metodologias arquivísticas; por vezes, armazenam-se, indiscriminadamente, todos os documentos produzidos, enquanto outras vezes são eliminados documentos sem critério de avaliação, seleção e descarte, correndo-se o risco de perder registros que têm valor permanente, contendo informações de relevância para a administração, ou até mesmo fatos históricos (Ohira, 2004, p. 2).

A relevância dos arquivos universitários continua vigente e é investigada por Boso e outros (2007), os quais indicam que os arquivos universitários têm “uma missão pedagógica e cultural, para atender as demandas de pesquisas e da comunidade em geral” (p. 125). No entanto, apontam como problema para a preservação da memória das instituições universitárias o fato desses arquivos estarem inseridos em unidades isoladas, como por exemplo, o arquivo do setor de pessoal, da reitoria, dos cursos, sendo que todos possuem arquivos correntes somente para atender as necessidades básicas. Enquanto isso, os arquivos permanentes encontram-se muitas vezes em estado precário, porque são mal cuidados e não são preservados seus documentos valiosos. Resumidamente, definem que “um arquivo universitário é formado pela acumulação dos documentos gerados e/ou reunidos por instituições universitárias, públicas ou privadas durante seu ciclo de vida” (BOSO et al., 2007, p. 123).

O Seminário de Campinas resultou em várias propostas aos Reitores de todas as Universidades Brasileiras, entre elas a de que fossem estimulados a: “criar Sistemas Integrados de Arquivos e destacada sua importância fundamental para a eficiência administrativa e a preservação da memória” (1992, p.281).

A partir desse evento, percebeu-se que a produção de documentos no contexto das universidades tem características relacionadas à geração, à preservação e à difusão do conhecimento em amplo aspecto. E as instituições que se preocupam com os arquivos de forma sistêmica, desde o início de seu ciclo vital, se destacam daquelas que não o fazem. Esse aspecto é ressaltado por Bottino:

a universidade precisa ter consciência da importância da preservação e manutenção de seus arquivos, advinda da percepção de quanto os arquivos organizados podem contribuir para a conservação dos objetivos institucionais, fornecendo informações ágeis, seguras e com qualidade, assegurando a eficiência e eficácia da organização de ensino, levando-a a cumprir seu papel na sociedade. Neste cenário, torna-se fundamental o apoio da administração universitária não só para o estabelecimento e institucionalização do arquivo como também para a continuidade de suas

atividades. Além do apoio político, o bom desempenho do arquivo depende da qualidade das atividades de natureza técnica, tais como: programa de gestão de documentos, política de aquisição de acervos, disseminação da informação (2012, p. 32-33).

No Brasil, aos poucos, as universidades começaram a perceber a relevância da criação de sistemas de gestão dos arquivos universitários, cujo objetivo é “sistematizar os procedimentos administrativos, com o intuito de controlar os documentos, seu emprego e sua destinação” (BOSO, 2007, p. 127).

Os arquivos universitários devem ser preservados por conterem informações tanto sobre a tomada de decisões, num registro histórico do ensino superior, quanto sobre o trabalho intelectual desenvolvido. No entanto, para Santos:

os programas arquivísticos tendem a proliferar dentro das Universidades para atender objetivos de grupos de pesquisa específicos, o que tem levado à duplicação de recursos humanos e financeiros (1994, p. 83, com adaptações).

Assim, os arquivos universitários constituem uma categoria com características comuns relacionadas à natureza e às funções especificamente relacionadas às instituições que os produzem, ou seja, são os arquivos das universidades. Estas quando pertencentes à esfera pública – estadual ou federal – por força de lei, devem preservar as informações registradas nos documentos oriundos das suas atividades acadêmicas e administrativas. A preservação da memória da ciência e da tecnologia é definida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2005) como um conjunto de iniciativas que visam garantir a integridade do acervo de informações referentes à produção, à disseminação e ao emprego do saber científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento. Bellotto corrobora essa afirmação ao argumentar que:

As universidades, tal como outras instituições públicas e privadas, devem implantar seus programas de gestão de documentos. Assim, serão sistematizados os procedimentos administrativos para que se alcance o controle da produção documental, sua utilização, seus prazos de vida e sua destinação (1989, p. 24).

A existência de sistemas de gestão nos arquivos das universidades visa a resguardar as informações produzidas por essas instituições que são de fundamental importância para o desenvolvimento do país. Consequentemente, todos

os documentos devem ser contemplados, tanto os das atividades meio quanto os das atividades fim, pois os arquivos devem funcionar de forma sistêmica, tendo em vista que:

Para construir uma guarda efetiva da memória científica, os arquivos universitários precisam saber o que deve ser produzido e preservado e tomar medidas para que esses registros sejam de fato produzidos e guardados (MARTINS, 1992, p. 42).

Diante disso, depreende-se que a preservação dos arquivos das universidades divide-se em duas vertentes: a da documentação administrativa e a dos documentos relativos às funções finalísticas de ensino, pesquisa e extensão; juntas essas vertentes formam a memória das atividades científicas e tecnológicas e consolidam os conceitos de arquivos universitários e de arquivos das universidades.

5.3 Políticas públicas e políticas arquivísticas

Estudar as universidades públicas enquanto instituições governamentais requer a definição de termos que envolvem as estruturas do Estado relacionadas ao tema desta pesquisa. Esta seção apresenta os conceitos relacionados à forma de organização do ensino superior no Brasil, seus componentes, a abrangência em nível de esfera de poder político e o entendimento sobre as políticas públicas, particularmente as políticas públicas de informação, campo em que se insere as políticas arquivísticas.

O sistema de educação superior brasileiro é constituído por instituições públicas e privadas. As públicas são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal. As privadas são criadas por credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) e são mantidas e administradas por pessoa física ou jurídica de direito privado, podendo ter ou não fins lucrativos. Além disso, as instituições de ensino superior podem ser classificadas academicamente em Universidades, Centros Universitários e Faculdades; a diferença é estabelecida pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nas instituições universitárias, existe a obrigação de que sejam desenvolvidas, regularmente e de forma institucionalizada,

atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao passo que nas não universitárias existe obrigação apenas de ensino.

As Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte da Rede Pública de Ensino na forma de sistema, isto é, um conjunto de estabelecimentos e instalações que atuam em um determinado setor de atividade ou de serviço – a educação superior no Brasil. As finalidades da educação superior são: o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Ela abrange cursos sequenciais nos diversos campos do saber, cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão.

As ações do MEC se concretizam por meio da formulação de políticas públicas voltadas para a educação no Brasil. Nesse contexto, a definição de políticas públicas, para efeito desta pesquisa, compreende a postura do poder político na apresentação de respostas aos problemas que se apresentam no cenário governamental, tendo em vista que:

Uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental em um setor da sociedade ou em um espaço geográfico: a segurança, a saúde, os trabalhadores imigrantes, a cidade de Paris, a Comunidade Europeia, o oceano Pacífico, etc. (FERRI DURÁ, 2004 apud SILVA, 2008, p. 50).

O enfoque adotado neste texto para conceituar políticas públicas é amparado nas discussões explicitadas por Souza (2006), que as considera, na sua essência, fortemente ligadas ao Estado que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos. Para Souza, o tema das políticas públicas é relacionado às instituições que dão a última ordem de como o dinheiro, sob a forma de impostos arrecadados, deve ser investido em favor da sociedade, para no final fazer prestação de conta pública dos recursos usados e dos benefícios gerados.

Não existe uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos que agem

diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (2006, p. 24).

A compreensão das etapas do processo de formulação das políticas públicas e a relação de poder social que envolve vários atores com interesses diferenciados e até contraditórios expõe a necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso. Assim, as políticas públicas podem ser definidas “como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações” (2006, p. 22).

Por outro lado, Teixeira (2002) argumenta que a formulação das políticas públicas é um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação. Ele considera que alguns elementos de conteúdo de processo na estruturação das políticas públicas já estão claros, tais como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação, qualidade de vida. Contudo, esses elementos precisam ser traduzidos em parâmetros objetivos, para que possam nortear a elaboração, implementação e avaliação das políticas propostas.

As políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade; mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Em termos práticos as políticas públicas são constituídas por instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, encadeados de forma integrada e lógica, geralmente na forma de planos, programas, ações e atividades.

Os planos estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos; por exemplo, os planos decenais de educação tem o sentido de estabelecer objetivos e metas estratégicas a serem alcançados pelos governos e pela sociedade ao longo de dez anos. Os programas estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica; como exemplo temático e de público, temos o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC). Ações visam o alcance de determinado objetivo estabelecido pelo programa e, finalmente, atividade visa a dar concretude à ação.

O contexto de aplicação das políticas públicas envolve Estado, governo e sociedade numa complexa relação de interesses e oportunidades que resulta em intensa geração de informações. É nesse cenário que as políticas públicas de informação têm ascendido nas últimas décadas como área de interesse estratégico do Estado. Conforme Jardim (2009), “as políticas públicas da informação configuram-se em processos não só complexos, mas também sinalizadores de construtos políticos característicos da contemporaneidade” (p.3).

Há também a perspectiva da informação como objeto de estudo científico, caso da pretensa Ciência da Informação. Porém, nesta pesquisa, o enfoque será restrito à abordagem de políticas públicas de informação voltadas para os arquivos ou políticas públicas arquivísticas, que segundo Jardim formam:

o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (2006, p. 7).

Estabelecida pela Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991 a política nacional de arquivos é um advento no sentido de resguardar o patrimônio arquivístico produzido pelo Estado. O órgão do Poder Executivo Federal responsável pela implementação das diretrizes contidas na política nacional de arquivos públicos e privados é o Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal, vinculado ao Ministério da Justiça em Janeiro de 2011, após quase uma década de subordinação direta à Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

A definição da política nacional de arquivos está a cargo do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). As ações da política se efetivam por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

As ações do CONARQ visam à definição das diretrizes da Política Nacional de Arquivos por meio de seu Plenário, Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais, Comissões Especiais e Grupos de Trabalho. Neste sentido o CONARQ tem atuado na elaboração de um corpus normativo que regula matérias arquivísticas no âmbito da administração pública federal. Assim, a elaboração da política nacional de arquivos tem se restringido à aprovação de um conjunto legal que impõe obrigações aos gestores públicos dos órgãos e entidades do poder público com o trato dos acervos arquivísticos governamentais. Essa postura vem sendo explicitada nos discursos do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, desde a década de 1990:

A política nacional de arquivos, consoante os princípios teóricos da moderna Arquivologia, compreende a definição e adoção de um conjunto de normas e procedimentos, técnicos e administrativos, para disciplinar as atividades relativas aos arquivos públicos e estimular a organização especial aos arquivos privados. A implantação dessa política passa, necessariamente, de um lado, pelo processo de reestruturação da própria Administração pública no país, com ênfase na modernização e racionalização dos serviços arquivísticos governamentais, e, de outro pela redefinição do papel das instituições arquivísticas do poder público, notadamente o Arquivo Nacional do Brasil. Esta modernização, vale dizer, pressupõe novas formas de relacionamento entre a máquina administrativa governamental e seus arquivos, como condição imprescindível para que estes últimos sirvam como instrumento de apoio à organização do Estado e da Sociedade (ANTUNES, 1991, p. 4).

Pelo exposto, algumas ações oriundas das políticas arquivísticas podem ser: organização sistêmica dos arquivos, normatização de procedimentos, criação de programas de gestão de documentos, elaboração de planos de classificação de documentos e tabelas de temporalidade de documentos, automação de atividades, treinamento e capacitação de pessoal, entre outras.

6 DISCUSSÃO E RESULTADOS

6.1 Anais de seminários de arquivos universitários

Este capítulo apresenta os relatos extraídos dos anais dos eventos sobre o tema dos arquivos universitários, no período de 1991 a 2000.

O *1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários* aconteceu no período de 4 a 6 de novembro de 1991 no Centro de Convenções da Universidade Estadual de Campinas, no contexto das comemorações do vigésimo quinto aniversário da Unicamp, por iniciativa da Coordenadoria do Sistema de Arquivos (SIARQ/Unicamp). A realização do evento contou com uma Comissão Organizadora e três subcomissões, formada por funcionários do SIARQ: a Comissão Técnica, a Comissão de Publicação de Atas e a Comissão de Apoio. A sessão de abertura do Seminário incluiu a inauguração do novo edifício do Arquivo Central e contou com a participação dos mais destacados especialistas em Arquivologia do país à época. A expectativa a respeito dos trabalhos apresentados era de promover a disseminação e reflexão com vistas à modernização dos arquivos universitários brasileiros.

A importância do 1º Seminário decorre da iniciativa do Professor Ataliba Teixeira de Castilho (1991) que propôs que o “primeiro passo para implantar uma gestão sistêmica de arquivos na Unicamp seria desencadear uma campanha de formação de uma indispensável mentalidade arquivística no campus” (p. 13). Essa ação individual foi traduzida em ação política e concretizada por meio de minicursos, seminários internos e um trabalho de incentivo a pesquisadores interessados na história da ciência e da administração universitária no Estado de São Paulo.

Por meio de articulação com profissionais que atuavam nos arquivos de órgãos como Fundação Getúlio Vargas, Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, o professor Castilho conseguiu, no ano de 1986, iniciar os debates para reformular a estrutura arquivística da Unicamp:

Constatamos a necessidade de se proceder a um bom diagnóstico da situação documental em nossa Universidade. Seguiu-se, assim, uma fase de pesquisas em todas as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade, conduzida por Neire do Rossio Martins, de que resultou uma excelente análise conjuntural. Constatou-se o que já se suspeitava: ausência de uma política arquivística, com descarte aleatório de

documentos, e falta de uma mentalidade adequada entre os responsáveis pela gestão documental (CASTILHO, 1991, p. 13).

O Sistema de Arquivos da Unicamp aprovado pelo Conselho Universitário em 1989 é oriundo das articulações capitaneadas por Castilho, que também organizou uma coletânea de textos básicos em Arquivística com o objetivo de instrumentar adequadamente os funcionários encarregados da implantação do Sistema de Arquivos em todo o *campus*. Em obra publicada em 1991 pela editora da Unicamp sob o título de *A sistematização dos Arquivos Públicos*, a qual visava a estender o debate às demais universidades brasileiras, foi convocado o *1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários*, cuja temática envolvia: A organização de arquivos correntes – métodos e técnicas aplicáveis ao serviço público; Arquivo intermediário – funções, operacionalização, procedimentos técnicos relativos a destinação de documentos; Teoria dos fundos – origem, evolução e metamorfose; A informática aplicada aos arquivos; Avaliação documental; e Preservação e restauração de registros de imagens.

Outros seminários sobre *Arquivos Universitários* aconteceram, porém como tema integrante de eventos maiores, como o Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA).

O *2º Seminário Nacional de Arquivos Universitários* foi inserido na programação dos eventos paralelos do 9º Congresso Brasileiro de Arquivologia ocorrido em 1992, na cidade de Santa Maria – RS. Naquela ocasião, foram apresentados trabalhos relacionados à *avaliação e seleção de documentos de universidades*; sobre a *implantação dos sistemas de arquivos* das universidades do Pará, da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), além do relato da situação do arquivo da Central de Informação Científica (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica (PUC). A época, já se evidencia a preocupação com a sistematização dos arquivos das universidades, como ressalta Vázquez:

El administrador de documentos archivista del a universidad es el coordinador y motor de la Comisión que estudia os valores de os documentos y redacta la Tabela de Temporalidade. Luego es quien supervisa y conduce el cumplimiento de ésta Tabela. No puede haber una Universidad que no tenga su administrador de documentos o archivista que administre y gobierne el Sistema Integrado de todos sus archivos (1992, p. 68).

No 10º Congresso Brasileiro de Arquivologia, acontecido em São Paulo – SP, no ano de 1994, ocorreu o 3º *Seminário de Arquivos Universitários*, que abordou uma perspectiva teórica relacionada às reflexões sobre a realidade arquivística no contexto universitário, a importância da organização dos arquivos universitários e a qualidade da informação e a documentação pública. Apresentam ainda um artigo sobre os arquivos universitários do Peru:

No Peru existem arquivos universitários que conservam essencialmente documentação de caráter acadêmico, mas são muito poucas os arquivos centrais com documentação acadêmica e administrativa e que disponham de arquivista com formação apropriada. O trabalho relata o esforço que se vem desenvolvendo desde 1989 no sentido de reverter esta situação, através da Reunião de Arquivos Universitários – RAU e da Comissão de Arquivos Universitários – CAU (POSTIGO DE COLIN, 1994, p. 21).

O 11º Congresso Brasileiro de Arquivologia aconteceu no Rio de Janeiro – RJ, em 1996 e teve o 4º *Seminário de Arquivos Universitários* incluído em sua programação. Os temas tratados foram relacionados às *estratégias na implantação do arquivo universitário: aspectos teóricos e práticos*, com representantes das Universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade de São Paulo (USP); Universidade de Brasília (UnB), além da Unesp e Unicamp, pioneiras na implantação de sistemas de arquivos.

Outra temática abordada foi relativa ao projeto desenvolvido pela PUC/SP sobre diagnóstico de arquivos universitários. Percebe-se uma perspectiva mais prática nos trabalhos apresentados nos eventos, como por exemplo, o Programa de Implantação das Tabelas de Temporalidade dos Documentos da Fundação Universidade de Brasília (UnB) e o trabalho sobre a qualidade do papel utilizado nos documentos oficiais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

No 12º Congresso Brasileiro de Arquivologia, que aconteceu em João Pessoa em 1998, realizou-se o 5º *Seminário: Arquivos Universitários*, sob a presidência de Heloísa Liberalli Bellotto, da Universidade de São Paulo (USP), e coordenação de Mariza Bottino, da UNIRIO e da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Foram apresentados os tradicionais temas relacionados aos *Sistemas de Arquivos das Universidades*: da UNIRIO e da Universidade Federal da Paraíba – (UFPB); e também sobre *avaliação de documentos e informações* nos trabalhos: Debates sobre avaliação e documentos; e Método participativo de conhecimento e avaliação

da informação: a experiência da USP-SP. Foram mantidos os trabalhos de cunho prático com o Diretório dos arquivos da PUC/SP: o potencial do diagnóstico como um instrumento de acesso. Chama a atenção a inauguração da temática sobre os arquivos universitários nos trabalhos intitulados: O Sistema de arquivo do Hospital Universitário de Santa Maria e O processo de modernização dos arquivos médicos do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Na sequência serão relatados os trabalhos apresentados no 13º Congresso Brasileiro de Arquivologia, do ano de 2000, em Salvador – BA. Nesse congresso, não houve o seminário de arquivos universitários, porém o tema dos arquivos aparece diluído em outras abordagens aparentemente relacionadas aos cursos de Arquivologia, como, por exemplo, o Seminário Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Extensão, que trata do movimento de reforma do currículo e o Projeto Pedagógico na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a experiência da UnB. Além disso, é apresentado o “Panorama de Formación Profesional en Archivologia en Países de Mercosur” (2000, p.18).

Outro trabalho destaque deste evento é o de Gasque (2000), intitulado *Centros de Documentação Universitários*, cujo resumo segue na íntegra:

O objetivo da presente comunicação é realizar uma apresentação do CEDAP - Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, instituição voltada para a preservação do patrimônio histórico e literário local e regional, bem como para a geração de informações e organização de fontes para a pesquisa. Serão abordados os seguintes tópicos: o acervo do Centro; a informatização dos arquivos e disponibilização on-line; banco de Dados do Arquivo do Fórum da Comarca de Assis e Banco de Dados de Periódicos do CEDAP; o papel do Centro enquanto laboratório de pesquisa em Ciências Humanas (p.29).

A temática dos arquivos universitários tornou-se tão significativa para a Arquivologia que Bottino (1998), integrante do Comitê de Bibliografia da Seção de Arquivos de Universidades e de Instituições de Pesquisa, do Conselho Internacional de Arquivos (ICNSUV), realiza uma ampla pesquisa que inclui livros, artigos de revistas especializadas, comunicações apresentadas em congressos e seminários, instrumentos de pesquisa e manuais de procedimentos, reunidos e apresentados em ordem alfabética de autores. Esta obra pioneira no Brasil é referência para pesquisadores do tema ao longo dos anos e uma possibilidade de estudar a evolução da literatura arquivística nesta área especializada e a diversidade da produção em diferentes países.

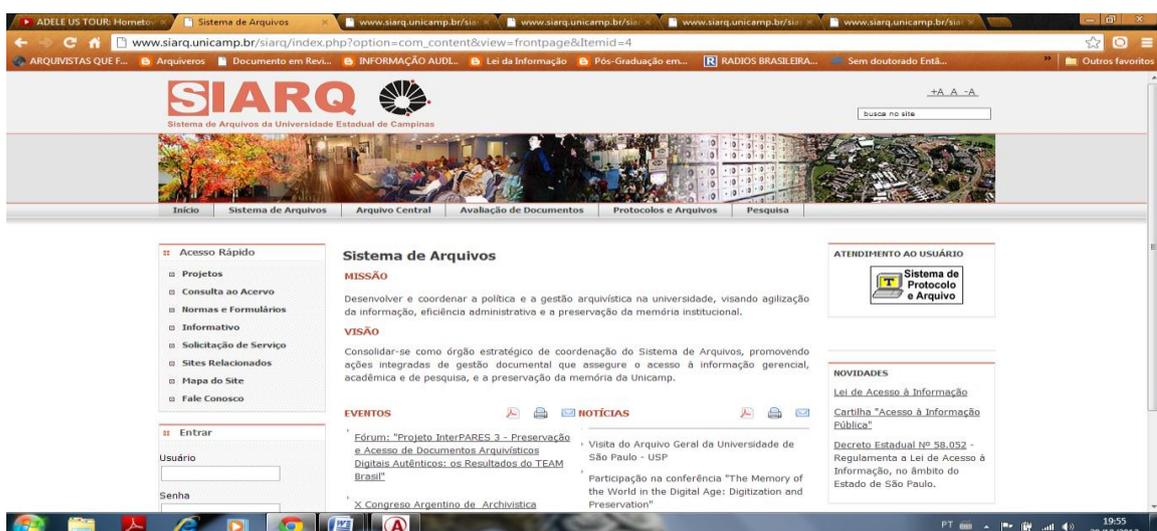
Pela análise dos anais dos encontros de Arquivologia nos quais ocorreram os Seminários de Arquivos Universitários percebe-se uma ampliação dos debates sobre a importância das universidades para a área e, sobretudo, a necessidade de preservação dos documentos produzidos por estas instituições de ensino, pesquisa e extensão. Outro ponto a ser destacado é a organização de sistemas de arquivos em várias universidades brasileiras. Isso é muito significativo visto que a estrutura organizacional dessas instituições favorece esse tipo de atuação como desdobramento das políticas arquivísticas.

Na sequência será descrito um dos primeiros sistemas de arquivos implantados no Brasil.

6.2 O Sistema de Arquivos da Unicamp

Este subcapítulo trata de descrever as características do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ/Unicamp) como exemplo de ação no campo da política de arquivos em uma universidade pública. Serão descritos os itens: histórico e estrutura, normatização, automação de procedimentos e atividades correlatas. As informações foram retiradas do sítio² na internet e contextualizadas com excertos de artigos sobre a implementação das atividades.

Abaixo seguem as imagens da página inicial na internet do Sistema de Arquivos da Unicamp e também o mapa do site:



² <http://www.siarq.unicamp.br/siarq>.

Mapa do site do Sistema de Arquivos da Unicamp

Mapa do Site	Avaliação de Documentos
Início	Comissão Central
Sistema de Arquivos	Composição
Arquivo Central	Regimento
Avaliação de Documentos	Mandatos
Protocolos e Arquivos	Comissões Setoriais
Pesquisa	Tabelas de Temporalidade
Acesso Rápido	Protocolos e Arquivos
Projetos	Protocolos Setoriais
Consulta ao Acervo	Arquivos Setoriais
Normas e Formulários	Normas Processuais ☐
Informativo	Orientações Gerais
Solicitação de Serviço	
Sites Relacionados	Pesquisa
<i>Mapa do Site</i>	Acervo
Fale Conosco	Instruções para Consulta
	Condições de Acesso
Sistema de Arquivos	Normas de Reprodução
Composição	Produtos de Pesquisas
Esquema Gráfico	Solicitação de Cadastro
Planejamento Estratégico ☐	
Conselho Consultivo	
Arquivo Central	
Institucional	
Estrutura	
Arquivo Intermediário	
Arquivo Permanente	
Protocolo Central	
Serviços	
Usuários	
Equipe	

Fonte: www.siarq.unicamp.br.

6.2.1 Histórico e estrutura da Unicamp

Fundada em 05 de outubro de 1966, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) é oriunda do contexto de crescente demanda por pessoal qualificado no Estado de São Paulo. A Unicamp tem três *campi* — em Campinas, Piracicaba e Limeira — e compreende vinte e duas unidades de ensino e pesquisa. Possui também um vasto complexo de saúde, com duas grandes unidades hospitalares no *campus* de Campinas, além de vinte e três núcleos e centros interdisciplinares, dois colégios técnicos e uma série de unidades de apoio num universo de convivência e desenvolvimento de milhares de projetos de pesquisa.

A preocupação com a recuperação das informações contidas nos arquivos da Unicamp suscitou, em 1987, a nomeação de uma Comissão Projeto Sistema de Arquivos, formada por equipe multidisciplinar, com o objetivo de criação do sistema de arquivos da Universidade. Esta comissão era coordenada pela Divisão de Documentação do Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC), órgão complementar da Reitoria criado em 1985, responsável pelas “primeiras iniciativas no sentido de dotar a Unicamp de uma política arquivísticas” (MARTINS, 1991, p.56). Os trabalhos da comissão resultaram na criação da Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Unicamp (SIARQ), ligada à Reitoria e aprovada pelo Conselho Universitário em 1989.

Em 1995 houve uma reformulação do SIARQ³, foi acrescentado o Conselho Consultivo do Sistema de Arquivos (CONSUL) à estrutura do sistema, que é composto ainda pelo Arquivo Central, a Comissão Central de Avaliação de Documentos e a Rede de Arquivos.

Sendo assim, os objetivos do SIARQ são alterados para:

- desenvolver uma política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas, compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa;
- promover a interação e a interdependência das Unidades responsáveis pela custódia de documentos considerando a integração das diferentes fases da gestão documental;

³ Deliberação CONSU A-8/1995, de 21/07/1995.

- assegurar condições de conservação, proteção e acesso ao patrimônio documental, na defesa dos interesses da Universidade e dos direitos da comunidade acadêmica;
- preservar a memória da Universidade, protegendo seu acervo arquivístico, para servir como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa científica.

O Conselho Consultivo (CONSUL) – órgão de caráter permanente com membros eleitos a cada dois anos – tem a competência de estabelecer a política arquivística e de difusão e acesso aos documentos permanentes da Universidade.

O Arquivo Central passou a ser o órgão coordenador do SIARQ/Unicamp e o responsável pela custódia dos documentos permanentes e intermediários de longa guarda, oriundos das unidades e órgãos da Universidade, selecionados a partir da avaliação documental desenvolvida na fonte produtora.

A Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD) órgão de caráter permanente do SIARQ/UNICAMP é responsável por elaborar e acompanhar juntamente com as Comissões Setoriais de Arquivos (CSArq)⁴, o processo de avaliação de documentos da Universidade, competindo-lhe ainda orientar e normalizar a produção e o fluxo de documentos; a elaboração do plano de destinação de documentos; a incorporação dos acervos, e a preservação do patrimônio documental.

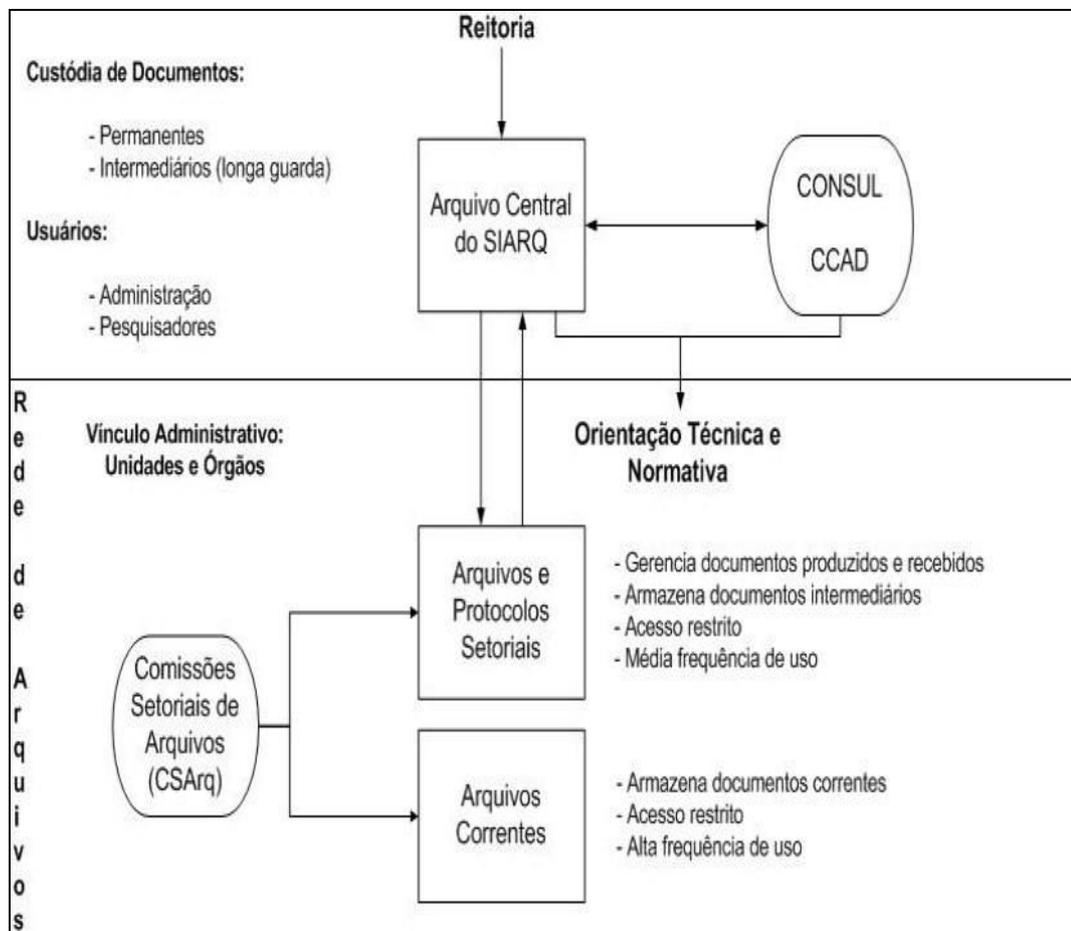
A Rede de Arquivos - Composta por trinta e dois Arquivos Setoriais e Comissões Setoriais, administrativamente ligados às Unidades Universitárias, encarregados do gerenciamento dos seus documentos. Integram-se através de 186 pontos do *Sistema Informatizado Protocolo*, que gerencia a abertura, o trâmite, o arquivamento e a destinação dos documentos.

As iniciativas de criação do SIAR/Unicamp se articularam em torno da formação de uma consciência de preservação documental e de uma sistemática de gestão de documentos, por meio do envolvimento da comunidade acadêmica e administrativa. Pode-se afirmar que derivou da definição de uma política arquivística para a Unicamp, o que é evidenciado por SILVA & MARTINS:

⁴ Artigo 28 da Deliberação CONSU A-8/95.

o SIARQ/Unicamp nasceu com os objetivos de desenvolver uma política arquivística adequada à realidade da Universidade e compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa e de promover a interação das diferentes fases da gestão de documentos. (2007, p. 74).

Destaca-se o papel do Arquivo Central, como órgão coordenador do SIARQ/Unicamp, pois o funcionamento de sistema desse porte depende da existência de uma unidade comprometida com a condução das atividades relacionadas à gestão de documentos. O esquema gráfico do SIARQ, demonstrado no quadro abaixo, revela a posição do Arquivo Central na estrutura.



Fonte: www.siarq.unicamp.br.

O SIARQ/Unicamp é amparado por um conjunto de manuais, normas e formulários que padronizam os procedimentos relacionados às atividades arquivísticas com vistas à melhor administração dos arquivos.

6.2.2 Normatização

O SIARQ/Unicamp é fundamentado em normativas que proporcionam uma estabilidade às atividades arquivísticas. Estas se efetivam por meio da gestão de documentos que são o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária visando a eliminação ou guarda permanente” (DTA, 2005, p. 100). A existência de regras direciona e facilita a implantação da gestão de documentos, pois:

é perfeitamente possível implementar mecanismos que resultem na interação e na integração das etapas da gestão de documentos, conforme determina a teoria arquivística das três idades. Não é só viável, mas é necessária, porque esta prática conjugada aos processos permite demonstrar que, havendo coordenação que exerça monitoria eficiente, instrumentos de gestão bem definidos, capacitação e avaliação constantes, resultam em melhoria dos procedimentos arquivísticos. Isto otimiza tanto as tomadas de decisões administrativas, como a compreensão de ações realizadas no passado pela administração, permitindo a sua contextualização e pesquisa histórica. (MARTINS, 2006, p. 117).

Apesar de fazer parte da política arquivística, a simples normatização não pressupõe auto execução dos procedimentos. Quanto a definição de normativas para a padronização das atividades de gestão de documentos Jardim (1995) afirma que:

as normas arquivísticas decorrentes desta política devem refletir diretamente as características presentes no cotidiano de uma administração, os distintos aspectos do seu processo decisório e, em consequência, as formas mais adequadas — técnica e politicamente — de controle de tramitação documental, arquivamento, recuperação da informação etc. (p. 53).

Destacam-se os manuais do SIARQ/Unicamp, estes são os principais instrumentos de orientação para a execução das atividades de gestão de documentos. Os manuais, juntamente com as normas para assuntos específicos e os formulários padronizados formam um conjunto de instruções que representam a essência da política arquivística institucional. Nesse caso a normatização assume um aspecto não apenas regulatório, mas essencialmente uniformizador da atividade de produção e uso de documentos nos diferentes setores da Unicamp. O que é fundamental para as funções de classificação, avaliação, descrição e acesso às informações arquivísticas.

As tabelas a seguir relacionam alguns manuais, normas e formulários utilizados no SIARQ/Unicamp:

Tabela 1 – Manuais do SIARQ/Unicamp

Manuais
Manual de Recomendações para Produção de Atos Administrativos
Manual de Gestão de Processos e Expedientes da Universidade Estadual de Campinas
Manual Técnico de Organização de Arquivos Correntes e Intermediários
Manual para Aplicação das Tabelas de Temporalidade de Documentos dos Institutos e das Faculdades
Manual de Preenchimento da Relação de Destinação de Documentos

Fonte: www.siarq.unicamp.br.

Tabela 2 – Instruções Normativas do SIARQ/Unicamp

Instruções Normativas SIARQ	
Microfilmagem de documentos na Unicamp	IN nº 01/1999
Abertura de expedientes e autuação de processos	IN nº 01/2007
Abertura de volumes de processos e expedientes	IN nº 02/2007
Identificação de processo e expediente da UNICAMP	IN nº 03/2007
Trâmite de processo/expediente	IN nº 04/2007
Regularização de identificação de processo/expediente	IN nº 05/2007
Registro de informações, manifestações e decisões em processo/expediente (despachos)	IN nº 06/2007

Juntada de documentos em processos	IN nº 07/2007
Juntada de documentos em expedientes protocolados	IN nº 08/2007
Juntada de um processo ou expediente a outro processo ou expediente	IN nº 09/2007
Desentranhamento de um documento de um processo/expediente	IN nº 10/2007
Apensamento e desapensamento de expediente/processo	IN nº 11/2007
Encerramento de processo/expediente	IN nº 12/2007
Reativação de processo/expediente	IN nº 13/2007
Arquivamento de processo/expediente	IN nº 14/2007
Eliminação de processo/expediente	IN nº 15/2007
Coleta de amostragem e recolhimento Arquivo Permanente	IN nº 16/2007
Transferência de processo e expediente	IN nº 17/2007
Recebimento e arquivamento de processo e expediente	IN nº 18/2007

Fonte: www.siarq.unicamp.br.

Tabela 3 – Formulários do SIARQ/Unicamp

Formulários
Modelo Pré-Tabela dos Institutos e Faculdades
Modelo Relação de Eliminação
Modelo Relação de Destinação de Documentos
Levantamento das Atividades e Documentos
Minuta de ato de nomeação de CSArq

Etiqueta de Identificação de Acervo

Solicitação de Serviço - formulário online

Solicitação de Abertura de Processo ou Expediente (SAP)

Termo de Compromisso de Responsabilidade Pelo Uso de Reproduções de Documentos

Fonte: www.siarq.unicamp.br.

6.2.3 Automatização de procedimentos

No início da década de 1990 a Unicamp encontrava-se inserida em um contexto de qualificação das atividades de ensino e pesquisa, que teve início em 1986 com a criação, pelo Reitor, do Grupo Executivo da Reforma Administrativa⁵ e proporcionou a revisão da Diretoria Geral de Administração. Lembra Martins (2006) que houve “profundas mudanças organizacionais e funcionais e automatizou boa parte de suas atividades e procedimentos” (p.106).

A Diretoria Geral de Administração, órgão da Reitoria responsável por centralizar e coordenar a operacionalização de autuações, controle de tramitações e arquivamento de processos, concentrava também as atividades de protocolo da Unicamp. Martins (2006) explica que “cabiam às demais unidades o encaminhamento do documento inicial e o controle local e eram, portanto, usuárias do serviço de protocolo centralizado” (p. 105).

Essa situação tornou onerosa e caótica a gestão de processos das áreas de protocolo e arquivo da Universidade, pois havia, no Setor de Protocolo “uma quantidade imensa de fichários, alguns automáticos, que permitiam o controle das autuações e tramitações dos processos das unidades e órgãos” (p. 105) e cabia ao Arquivo armazenar os processos ativos ou inativos juntos e controlar as entradas e saídas através de fichas, o que gerava outra quantidade enorme de fichários.

A integração entre os dois serviços se dava quando o protocolo informava o arquivamento dos processos, mas, isso nem sempre era possível. Muitos ficavam

⁵ Portaria GR 364/86, de 10 de outubro de 1986.

nas gavetas dos órgãos e não voltavam, outros iam para o arquivo e não se comunicava o protocolo (Martins, 2006, p.105).

Em 1992 iniciou-se a reformulação dos Setores de Protocolo e de Arquivo, demandada pela administração superior no sentido de informatizar suas atividades. Para isso, foi criado um grupo de trabalho formado por técnicos dos setores envolvidos, analistas de Organização e Métodos (O&M), do Centro de Computação da Unicamp e também do Arquivo Central.

Instalado em 1993 o Sistema de Protocolo da Unicamp⁶ foi o resultado de um projeto de criação de sistema eletrônico de gerenciamento de processos capaz de interligar, por meio da intranet, todos os órgãos da Universidade. O objetivo principal é armazenar e fornecer informações que identifiquem a existência e localização de documentos que envolvam o registro de atos e fatos de natureza administrativa/jurídica e acadêmica. O Sistema reúne dados sobre processos autuados desde 1963 até a presente data, que podem ser solicitados por meio do formulário online *Solicitação de Serviço*.

Participam do Sistema de Protocolo da Unicamp, na condição de agentes diretos de sua operação:

- Arquivo Central do Sistema de Arquivos - SIARQ;
- protocolo de cada unidade ou órgão;
- recebimento, controle e expedição de documentos específicos de órgãos das unidades;
- recebimento, controle e expedição de documentos específicos de convênios.

Neste contexto, cada unidade acadêmica ou administrativa da Universidade contará com um serviço de protocolo e arquivo, que passaram a atuar como serviços responsáveis pelas atividades de registro de documentos, dossiês ou expedientes, autuação de processos, tramitação, arquivamento e destinação, sob a orientação técnica e normativa do Arquivo Central do SIARQ/Unicamp. Esses protocolos e os arquivos das unidades e órgãos são responsáveis pelos serviços de gestão arquivística de documentos correntes e intermediários, eles estão subordinados ao nível estratégico e/ou gerencial correspondente, que designará seu responsável.

⁶ Portaria GR 105/1993.

Aos Arquivos Setoriais cabe racionalizar a produção, receber, controlar e organizar os documentos semiativos produzidos e acumulados pelos órgãos que compõem as unidades aos quais estão subordinados. É fundamental que eles conheçam a estrutura de funcionamento e as relações hierárquicas dos órgãos aos quais estão subordinados.

Além disso, devem manter cadastro e controle dos Arquivos de Gestão ou Correntes dos órgãos e seus respectivos acervos, atender e controlar consultas e empréstimos de documentos que estão sob sua custódia, participar do processo de avaliação e destinação de documentos, procedendo aos descartes necessários e transferindo a documentação ao Arquivo Central, de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos da Unicamp e em conformidade com os planos de destinação estabelecidos, além de orientar ou coordenar a execução de programas, diretrizes e normas emanados pelo Arquivo Central.

O engajamento dos produtores primários de documentos com o zelo pelas condições de conservação dos arquivos correntes, enquanto estiverem sob sua custódia, é fundamental para a consecução dos objetivos do SIARQ/Unicamp. A descentralização das atividades arquivísticas é uma ação decorrente da política arquivística, porém, sua efetivação requer esforços no sentido de interferir nos processos e fluxos de trabalho.

6.2.4 Atividades correlatas

O funcionamento do SIARQ/Unicamp visa ao desenvolvimento de uma política de aperfeiçoamento das atividades arquivísticas, compatível com as necessidades de agilização da informação e de eficiência administrativa no âmbito da Universidade, no entanto, a perseguição deste objetivo extrapola, em alguns aspectos, a trivialidade das rotinas administrativas. A atuação dos arquivos universitários na preservação da memória científica, como referência, informação, prova ou fonte de pesquisa, permite-lhes um desempenho diferenciado. Sendo assim, serão descritos neste capítulo as atividades correlatas às funções de pesquisa e extensão executadas pela equipe do Arquivo Central da Unicamp.

O acervo permanente é composto por aproximadamente trezentos fundos e coleções provenientes de órgãos da universidade e/ou arquivos pessoais de

docentes, alunos e funcionários, a partir de meados da década de 1940. A temática do acervo relaciona-se à Unicamp e a documentação reflete a atuação científica, tecnológica, artística e cultural da universidade, o que permite o resgate da memória institucional, servindo também como fonte complementar para estudos relacionados a história universitária no Brasil e do ensino superior no estado de São Paulo.

Integram também o acervo produtos gerados pela equipe técnica referente à: exposições e mostras documentais, participação em eventos e cursos ministrados, cuja temática relaciona-se à Arquivologia, gestão da qualidade e informática aplicada aos arquivos. Os produtos gerados a partir do acervo possuem caráter científico, cultural, institucional, acadêmico e técnico normativo. Foram produzidos em função de duas vertentes de ações institucionais: o apoio do arquivo as atividades fim e atividades meio na universidade; e o desenvolvimento da prática e técnica arquivística para a gestão, preservação e difusão do acervo. A seguir uma lista com dos trabalhos produzidos:

Tabela 4 – Trabalhos produzidos pelo SIARQ/Unicamp

Produtos da pesquisa
<p style="text-align: center;">Trabalhos de Pesquisadores</p> <p>Referencias científicas, acadêmicos e culturais obtidos a partir de consultas realizadas no acervo (2005-2009). Divide-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - temática Unicamp: dissertações, teses, periódicos, livros e programas de TV; - temas gerais: dissertações, periódicos, livros e documentários.
<p style="text-align: center;">Produção Bibliográfica</p> <p>Trabalhos produzidos pela equipe técnica do Arquivo Central/SIARQ com temática relacionada à UNICAMP.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cronologia Histórica da Unicamp – 1946 a 2010.
<p style="text-align: center;">Produção Técnica</p> <p>Trabalhos cujo conteúdo relaciona-se a metodologia arquivística ou a preservação de documental. Divide-se em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - artigos publicados em periódicos; - trabalhos apresentados em encontros científicos;

-
- palestras;
 - livros;
 - atas;
 - manuais;
 - oficinas técnicas aos Arquivos Setoriais;
 - textos técnicos de docentes;
 - produção técnica (software sem registro de patente);
 - eventos organizados;

Exposições Virtuais

Apresenta documentos do acervo a partir de temáticas institucionais, biográficas ou comemorativas. Dividi-se em:

- As 35 turmas do curso de medicina;
- Sérgio por ele mesmo;
- O homem cordial faria 100 anos;
- As facetas de Sérgio Buarque;
- Unicamp: um pouco de sua história;
- Unidades da Unicamp

Sites Produzidos

Constitui repositórios de informação e pesquisa, produzidos a partir de comemoração institucional ou homenagem a titular de arquivo, onde o conteúdo retrospectivo apresenta documentos do acervo. Dividi-se em:

- sites comemorativos, alusivos a Unicamp, suas unidades e personagens que fazem parte de trajetória;
- sites comemorativos, alusivos ao Acervo Permanente do Arquivo Central do Sistema de Arquivos – SIARQ.

Fonte: www.siarq.unicamp.br.

No sitio do SIARQ/Unicamp são descritas também as atividades desenvolvidas pela equipe técnica do Arquivo Central no período de 2002 a 2011. São atividades que transitam entre as de suporte aos objetivos do SIARQ e outras relacionadas ao ensino, à pesquisa e a extensão, voltados tanto para a comunidade

acadêmica quanto para a sociedade em geral, como programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações.

Entre os princípios norteadores das atividades extensionistas há o que afirma que:

a ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2012, p. 21).

O desenvolvimento dessas ações fortalece ainda mais as políticas arquivísticas, pois estão diretamente relacionadas com a compreensão das especificidades desse fazer acadêmico e de sua vinculação com o ensino e a pesquisa, entre elas estão:

- estágio para alunos de graduação do curso de História da UNICAMP;
- visita de alunos bolsistas do ensino médio de escolas públicas de Campinas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unicamp (PIBIC Jr.);
- exposição de fotografias em edição do evento Unicamp Portas Abertas (UPA);
- aula do Programa de Desenvolvimento Gerencial de Supervisores;
- visita de professores da Universidade Federal Fluminense (UFF);
- apresentação para funcionários ingressantes da Diretoria Geral da Administração (DGA);
- visita técnica ao Museu Paulista (USP);
- organização do evento *Fórum Repositórios Confiáveis de Documentos Arquivísticos Digitais*;
- declaração de interesse público e social do arquivo de César Lattes, sob guarda da Unicamp;
- participação de servidores da Unicamp no 8º Encontro Plenário do Projeto InterPARES 3;
- visita ao Instituto Fernando Henrique Cardoso;
- seleção do Projeto "Organização de Documentos Arquivísticos" na Edição 2011 do Curso de Formação em Gestão por Processos (GEPRO);

- aprovação pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) com recursos para o desenvolvimento de um projeto que visa dispor a consulta pública documentos de cientistas da universidade;
- Projeto Reformulação do Sistema de Protocolo da Unicamp;
- estágio de alunos do curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
- Projeto Memória Científica, Tecnológica e Artística da Unicamp: Gestão, Preservação e Acesso a Documentos de Ciências, Tecnologias e Artes;
- Projeto Arquivo Público do Estado de São Paulo;
- Arquivo Nacional do Brasil - Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE);
- Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD);
- Projeto Tabelas de Temporalidade de Documentos da Unicamp;
- Projeto Memórias da Unicamp.

7 POLÍTICAS DE ARQUIVOS NO ÂMBITO DO SIGA

O Conselho Nacional de Arquivos ao implementar as políticas arquivísticas tem focado na elaboração de normativas, com vistas à efetiva gestão de documentos públicos. Para efetivação dessa ação política, o Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, criou o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da Administração Pública Federal, “pelo qual se organizam, sob a forma de sistema, as atividades de gestão de documentos de arquivo no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal”.

O SIGA, da Administração Pública Federal, tem por finalidade garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da administração pública federal, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais; integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram; disseminar normas relativas à gestão de documentos de arquivo; racionalizar a produção da documentação arquivística pública; racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública; preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal; articular-se com os demais sistemas que atuam direta ou indiretamente na gestão da informação pública federal.

Para efeitos de acompanhar, coordenar, controlar, orientar e promover a gestão de documentos de arquivo, o SIGA tem o Arquivo Nacional como órgão central, e uma Comissão de Coordenação, presidida pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional e integrada por representantes do Arquivo Nacional, dos Ministérios e dos órgãos equivalentes, cabendo aos Ministérios e aos órgãos equivalentes a criação de Subcomissões de Coordenação do SIGA que reúnam representantes dos órgãos seccionais de seu âmbito de atuação, com vistas a identificar necessidades e harmonizar as proposições a serem apresentadas à Comissão de Coordenação.

Como resultado das atividades do SIGA contabilizam-se os Editais de Ciência de Eliminação de Documentos; os Relatórios de Atividades das Subcomissões de Coordenação do SIGA no âmbito dos Ministérios e dos Órgãos Equivalentes; os Relatórios de Atividades das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e também os códigos de

classificação de documentos de arquivo e as tabelas de temporalidade e destinação de documentos elaborados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e aprovados pelo Arquivo Nacional⁷. Sendo que, em relação a esta última atividade, destacam-se a publicação de Portarias AN relativas à aprovação desses instrumentos, no período de 1997 a 2011, que são:

- Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – Portaria AN/MJ nº 092, de 23 de setembro de 2011 - DOU nº 185, seção 1, p. 26, de 26/09/2011.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) – Portaria AN nº 70, de 13/08/2007 - DOU nº 156, Seção 1, p. 269, de 14/08/2007.
- Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) – Portaria AN nº 10, de 11/03/2002 - DOU nº 55, Seção 1, p. 3, de 21/03/2002.
- Tabela de Temporalidade da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Portaria AN nº 30, de 25/07/2001 - DOU nº 153, Seção 1, p. 1, de 10/08/2001.
- 6º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM/GO) – Portaria AN nº 18, de 05/08/1998 - DOU nº 151, Seção 1, p. 6, de 10/08/1998.
- Tabela de Temporalidade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Direção Administrativa do Hospital Universitário Portaria AN nº 23, de 31/10/1997 - DOU nº 219, Seção 1, de 12/11/1997.

Pelo reduzido número de instrumentos: seis, em comparação ao quantitativo de órgãos integrantes do Executivo Federal, percebe-se uma ação no campo das políticas arquivísticas relativa à classificação e avaliação de documentos ainda a ser explorada.

Significativa também é a relevância das universidades neste contexto de elaboração e aprovação de instrumentos de gestão de documentos, pois, apesar de ainda vigentes as Tabelas de Temporalidade de Documentos da Reitoria da UFPB e da Direção Administrativa do Hospital Universitário da UFSM, foi aprovado também o Código e Tabela específicos para as Instituições Federais de Ensino Superior. A partir da aprovação da Tabela da EFPB onde:

diversas universidades passaram a utilizar e aplicar o referido instrumento técnico em seus serviços de arquivo. No decorrer de sua utilização,

⁷ Fonte: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br>

surgiram sugestões visando aprimorar os descritores, a temporalidade e a destinação final de alguns conjuntos documentais. Tais sugestões indicaram a necessidade de rever e atualizar o instrumento, bem como de elaborar o Código de Classificação e, principalmente, de se propor um instrumento técnico único de classificação, temporalidade e destinação que atendesse as especificidades das instituições federais de ensino superior (SIGA, 2011, p. 2).

Fruto de seis anos de esforços de articulação entre o Arquivo Nacional e as IFES, que teve início com o *I Workshop com as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES*, realizado na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, no período de 26 a 29 de setembro de 2006, cujo tema central foi “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim”.

O resultado é um modelo padronizado de classificação e avaliação de documentos para as universidades públicas, que a despeito de estarem fundamentadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, receberam por acréscimo duas novas funções ou classes à estrutura do Código de Classificação: a *Assistência Estudantil* e a *Educação Básica e Profissional*. A justificativa seria “para atender não só as Universidades Federais que possuem Colégio de Aplicação, e oferecem o ensino fundamental e médio, como também para atender as Instituições Federais que possuem ensino técnico-profissional” (SIGA, 2011, p. 3). E para a criação da classe Assistência Estudantil seria que “a necessidade se justifica pelo programa político de governo e pela existência de planos que vêm estimulando a concessão de benefícios e auxílios, para a permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino” (Idem).

Trata-se de uma opção política a criação de uma proposta única, padronizada, de classificação e avaliação dos documentos das IFES, assim como a definição das novas funções no Código de Classificação e na Tabela de Temporalidade. O mesmo se aplica a organização sob a forma de sistema, das atividades de gestão de documentos de arquivo no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal, reunidas no SIGA.

As universidades federais fazem parte do SIGA como órgãos seccionais vinculados ao MEC, porém, as ações das universidades não são identificadas como ações de gestão de documentos no âmbito do SIGA, apesar de constar como um dos objetivos explicitados no Decreto 4.915/2003, isto é, “integrar e coordenar as

atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram” (Art. 2º).

Quanto às universidades estaduais, não há definição se integrariam um sistema estadual de arquivos, ainda inexistente em todos os estados da federação. Somente alguns estados possuem sistemas de arquivo como é o caso do Sistema de Arquivos de São Paulo e o Sistema de Arquivos do Rio Grande do Sul, o que representa um grande campo de atuação para as políticas arquivísticas.

Os arquivos universitários, sejam de instituições federais ou estaduais, são um repositório do conhecimento científico brasileiro. Eles trazem em sua trajetória a possibilidade de ampliação das políticas arquivísticas e, talvez por isso se justifique a definição de estratégias de atuação específica para a área.

As atividades de gestão de documentos relacionada pelo SIGA são referentes à elaboração e ao envio de Relatórios de Atividades das Subcomissões e das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) e também sobre Eliminação de Documentos. Quanto à primeira somente são relacionados os nomes dos órgãos que enviaram, mas nenhum relatório é disponibilizado. Quanto às ações de eliminação de documentos são relacionados em média vinte Editais de Ciência de Eliminação de Documentos por ano, no período de 1996 a 2012. Isto representa um volume considerável de documentos públicos sendo eliminados de acordo com o que determina a legislação.

A análise das ações de políticas públicas de arquivos no âmbito do SIGA aparentemente atinge o objetivo de “racionalizar e reduzir os custos operacionais e de armazenagem da documentação arquivística pública das massas documentais” (Art. 2º), o que evidencia a tendência da condução do aspecto eminentemente prático da gestão de documentos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 1º *Seminário Nacional de Arquivos Universitários* representou um marco na organização dos arquivos universitários. A organização dos serviços de informação da Unicamp em forma de sistema e sua política de compartilhar com outras instituições as ações, iniciadas uma década antes, foram pioneiras no país. O objetivo de implantar uma mentalidade arquivística visando à preservação das descobertas científicas, tecnológicas, artísticas e administrativas, e a necessidade de disponibilizá-las ao acesso foram umas das forças motrizes da ação política inaugurada pela Unicamp na década de 1990.

Os trabalhos apresentados nos seminários de arquivos universitários demonstram uma ampliação da importância das universidades nos debates sobre os arquivos públicos. Percebe-se uma evolução dos temas que inicialmente eram predominantemente teóricos e passaram a aspectos mais práticos do fazer arquivístico.

A descrição do sistema de arquivos de uma universidade estadual articula-se com discussão a respeito da criação de sistemas de arquivos universitários, o que ainda é restrito a poucas instituições do país, tendo em vista um universo de mais de uma centena de instituições públicas federais e estaduais. Este seria, portanto, um campo a ser explorado para atuação das políticas arquivísticas e que representa uma possibilidade de contribuição dos arquivos universitários.

A análise dos resultados das atividades de gestão de documentos publicados no sítio do SIGA ressalta a eliminação de documentos como a ação mais recorrente em termo de volume, pois são publicados em média vinte Editais de Ciência de Eliminação de Documentos por ano. A aprovação das listagens de eliminação de documentos é ratificada pelo Arquivo Nacional, órgão executor da política nacional de arquivos emanada pelo Conarq. Esse colegiado é responsável pela elaboração da política nacional de arquivos e sua atuação tem se restringido à elaboração de normativas que regulamentam a atividade de arquivo, com atuação quase que exclusiva no Executivo Federal. A consequência dessa opção é a existência de uma lacuna de articulação política no âmbito do sistema de arquivos da administração pública.

Contribuições para a ampliação das políticas públicas de arquivo partindo dos arquivos universitários são destaques nos resultados das atividades de gestão do SIGA. Nos últimos quatorze anos, foram elaborados e aprovados, em conjunto com o Arquivo Nacional, as tabelas de temporalidade de duas universidades federais, a partir das quais foi elaborado um instrumento padronizado para todas as outras IFES. Embora as instituições universitárias estaduais não tenham sido contempladas, por fazerem parte da esfera de atuação estadual, sua atuação no campo da gestão de documentos tem se mostrado bastante eficiente, como é caso da Unicamp.

Os arquivos universitários exercem um papel diferenciado no conjunto de arquivos públicos, pois sua missão é ampliada pelas próprias finalidades das universidades como locais de produção do conhecimento. O desenvolvimento da Arquivologia, tida como um saber de Estado, está ligado à preservação dos arquivos e, conseqüentemente, da memória das instituições públicas. Além do caráter probatório e informativo dos documentos, os arquivos universitários agregam outros elementos relacionados à pesquisa científica, à transmissão do conhecimento e ao retorno à sociedade em geral.

Nesse contexto, conclui-se que esta pesquisa atingiu seu objetivo geral de investigar a contribuição dos arquivos universitários para a ampliação das políticas de arquivos. Da mesma forma, considera-se que os objetivos específicos foram alcançados e que a metodologia utilizada satisfaz as etapas necessárias para sua execução.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Conselho Nacional de Arquivos. **Legislação de arquivos**. Leis e Decretos-Lei. Lei n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/leis/leg_arq.htm. Acesso em: 24 jun. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Uma política de arquivos para a universidade brasileira**. Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários. Campinas, SP: UNICAMP, 1991.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Universidade e arquivo**: perfil, história e convergência. *Transinformação*, v. 1 n.º 3, set./dez. 1989, p. 15-28.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: ARQ-SP, 2003 (Série Scripta).

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BOSO, A. K. et al. **Importância do arquivo universitário**. *Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 123-131, jan./jun., 2007

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.). Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG. 2012. 224 p.

_____. **Arquivos universitários**: repertório preliminar. In: *Arquivo & Administração*, v. 1, n. 2, p. 57-79, jul./dez, 1998.

_____. **Arquivo universitário**: considerações em torno da questão. Panorama da situação no Brasil. Rio de Janeiro, 1994, 203 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro em Informação em Ciência e Tecnologia, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.html. Acesso em: 29 abr. 2009.

BUARQUE, Cristovam. **Na fronteira do futuro**: o projeto da UnB. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. 108 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB/Núcleo Regional de São Paulo/Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq. **Política nacional de memória da ciência e da tecnologia**. Relatório da Comissão Especial constituída pela Portaria 116/2003 do Presidente do CNPq em 04 de julho de 2003.

DAGNINO, R. Metodologia de análise de políticas pública. In.: DAGNINO, R. et. al. **Gestão estratégica de inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Cabral Universitária, 2002.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil**: das origens à reforma universitária de 1968. Educar, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

GLEZER, Raquel. **Arquivos universitários**: para quê? Trans-in-formação, Campinas, v. 1, n. 3, p. 29-34, 1989.

JARDIM, J. M. **Políticas públicas arquivísticas**: princípios, atores e processos. Arquivo & Administração. V. 5, n. 2. p. 5-16, jul./dez. 2006.

_____, J. M. **Diversidade arquivística e políticas de arquivo**. Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br. Acesso em 22 jun. 2010.

_____, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995. 196 p.

KNAUSS, Paulo. **Usos do passado, arquivos e universidades**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 40, ano 22, p. 9-16, 1º sem. 2009.

MINAYO, Maria C.S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6 ed. Petrópolis : Vozes, 1996.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2. ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009. 416 p.

MARTINS, Roberto de Andrade. **O sistema de arquivos da universidade e a memória científica**. Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários. Campinas: UNICAMP, 1992, pp. 27-48.

MARTINS, Neire do Rossio. A sistematização dos arquivos da Unicamp. **Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários**. Campinas, SP: UNICAMP, 1991, p. 55-64.

MARTINS, N. R; OLIVEIRA, R. A. **Sistema eletrônico de gestão arquivística de documentos**: a experiência da Unicamp com processos. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 103-119, ago./dez. 2006. Disponível em:< <http://www.arquivistica.net>>. Acesso em: 21 out. 2012.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt et al. **Gestão de documentos em Arquivos Universitários**: estudo de caso no Arquivo Central da FAED-UDESC. I Congresso Nacional de Arquivologia, Brasília, 2004. Anais... Brasília, 2004,1 CD-Rom.

POSTIGO DE COLIN, Sheila. **Los archivos universitarios de Peru**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10., 1994, São Paulo. Anais...São Paulo, 30 p.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 3. ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978, 307 p.

SANTOS, Vilma Moreira dos. **Arquivos universitários e arquivos em universidades**: alguns aspectos da administração de arquivos nas universidades brasileiras. Rev. Escola Biblioteconomia UFMG, BH, v. 23, n.1, p. 78-84, jan. a jun., 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. Da ideia de universidade à universidade de ideias. In: PINTO, Cristiano Paixão Araújo (Org.). **Redefinindo a relação entre o professor e a universidade**: o emprego público na Instituições Federais de Ensino? Brasília: Faculdade de Direito, CESPE, 2002. 136 p.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PARANÁ. **O que são políticas públicas.** Disponível em <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_Politicasp_blicas.pdf> Acesso em: 12 out. 2012.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1, 1991. **Atas.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992, 284 p.

SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das instituições federais de ensino superior – IFES. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/media/ifes_codigo_e_tabela_temporalidade/portaria_n0922011_apresentacao_e_metodologia.pdf> Acesso em 30 out 2012.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, F. R. P; MARTINS, N. R. **Estudo sobre o sistema de arquivos da Universidade Estadual de Campinas.** Arquivística.net, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 72-78, jan./jun.2007. Disponível em: www.arquivistica.net

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** In: Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Disponível em http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf Acesso em 07 out. 2012.

VÁZQUEZ, Manuel. **Seleção documental.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 9., 1992, Santa Maria. Anais...Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo RS. 1992. 81 p.

VIDAL, J. W. Bautista. **Por uma nova universidade, resgate de projeto histórico: completo institucional FUB/UnB.** Brasília: março, 1989. 18 p.